

Funaro vê o resultado final da renegociação como "uma vitória"

GAZETA MERCANTIL

por Jurema Baesse
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou, ontem, que o resultado obtido nas negociações com os credores externos, parcialmente finalizadas no último sábado, deve ser considerado vitorioso em função, principalmente, de dois importantes pontos: o Brasil conseguiu fazer um acordo com os bancos, sem o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e garantiu, perante a comunidade financeira internacional, espaços para o crescimento do País.

Do ponto de vista mais técnico e econômico, a mudança da taxa básica de juros externos, de "prime-rate" (norte-americana) para Libor (a taxa interbancária de Londres) — acertada com os credores —, irá proporcionar ao País, segundo o ministro Funaro, uma economia de "mais de US\$ 150 milhões", uma vez que a Libor está um ponto percentual abaixo da "prime", e 73% dos contratos da dívida brasileira passaram a incluir a Libor, acrescentou.

Com relação à taxa de risco ("spread") paga sobre os contratos da dívida, a indefinição ainda permanece. O que é certo, segundo Funaro, "é que o 'spread' será menor do que o que pagamos (2% em média) e que será retroativo ao dia 18", o primeiro dia posterior ao vencimento das linhas de curto prazo, que também já foram renovadas.

DIFICULDADE

Já o presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, que também falou à imprensa, entende que "a definição do 'spread' é de difícil solução e exige um maior tempo de discussão". Mas também está confiante em que ele será menor; "acertamos com os banqueiros que deveria haver uma redução, o percentual só estará fechado dentro de cerca de sessenta dias". Ao ser indagado se a proposta brasileira seria de um taxa de risco semelhante à do México (1,125%), Bracher preferiu guardar sigilo, assim como o ministro Funaro.

Com relação ao reescalo-

namento acertado para o principal da dívida que venceu em 1985 (US\$ 6,06 bilhões) — sete anos de prazo com cinco de carência —, Bracher afirmou que "ele não é tão importante assim e poderá ser revisto". Segundo ele, este prazo não pode ser considerado "uma piora" em relação aos vencimentos de 1984 (nove anos de prazo com cinco de carência), uma vez que já foi acertado com os credores que todos esses prazos poderão ser revistos e aumentados no próximo ano, se o Brasil acertar um reescalonamento mais longo de sua dívida. "Se fizermos um reescalonamento plurianual", assinalou o presidente do BC, "os vencimentos de 1985 serão absorvidos." E, além disso, acrescentou, o acordo de 1984 levava em conta o monitoramento do FMI.

EXIGÊNCIAS

Uma das exigências dos banqueiros, a cobertura plena dos débitos provenientes de operações amparadas pela Resolução nº 63 feitos pelos bancos liquidados (Comind e Auxiliar), não foi aceita pelo Brasil. Funaro insistiu em que "eles (os banqueiros) não receberam nada além do que foi estabelecido, cerca de 50% do total aplicado". E ainda reiterou que "os investidores domésticos terão o mesmo tratamento dos externos". Segundo Bracher, "todos os lados estão interessados numa boa solução".

Bracher explicou que os débitos a vencer nesse ano (US\$ 8,31 bilhões), relativo ao principal da dívida externa, "serão depositados no BC em dólar, e não em cruzeiros, e ficarão em uma conta bloqueada". Os contratos, que só serão concluídos em 15 de março, irão estabelecer estes acertos, acentuou, e ainda a prorrogação por um ano das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias), a partir de março.

Todos estes dados, segundo Bracher, constarão do telex que o comitê assessor de bancos está enviando aos setecentos bancos credores do País que participam do "pacote" brasileiro.